

Perspectivas conceituais na controvérsia da abstração: o lugar histórico do camponês no mundo moderno¹

Bruno Pereira Bedim
Mestre e Doutorando em Geografia – IGC/UFMG; Professor do
Departamento de Turismo – UFOP; Pesquisador do Núcleo de
Estudos Terra & Sociedade – IGC/UFMG

Resumo

Este artigo problematiza as distintas concepções teóricas sobre o campesinato e os diferentes pressupostos político-ideológicos que se interpõem entre as perspectivas de sua análise, tendo em vista os traços distintivos da modernidade. Sendo assim, pensar o camponês como um ator social integrado às formas de produção capitalistas e aos processos sociais que permeiam a vida moderna parece-nos imprescindível. Uma vez sujeito no e do processo histórico moderno, o camponês insere-se entre os inúmeros fenômenos sociais engendrados pela modernidade e suas tendências econômicas, políticas e culturais a transformar o mundo. Traz consigo uma temporalidade que, imersa na desigualdade do desenvolvimento funcional à reprodução do capitalismo, articula a projeção e a contestação, no âmbito acadêmico, do indivíduo rural em movimento.

Abstract

This article discusses the distinct theoretical concepts about the peasantry, and the different political and ideological assumptions that permeate its analysis, considering the discerning traces of modernity. So said, it is essential to consider the peasant as a social actor integrated to the forces of capitalist production, as well as to the social processes innate to modern life. Once a subject in and of the modern historical process, the peasant inserts himself among the numerous social phenomena devised by the modernity and its economical, political and cultural tendencies of changing the world. The peasant is functional to capitalism reproduction, and brings out an out-of-date temporality that articulates the projection and the contestation – within the academic scope – of the rural individual in movement.

¹ Uma versão preliminar da primeira parte deste artigo foi apresentada no Grupo de Trabalho "Geografia Agrária" – VII Encontro Nacional da ANPEGE (BEDIM, 2007). Críticas e sugestões resultantes do debate foram incorporadas a esta versão revista e ampliada. Meus agradecimentos aos coordenadores do referido GT: Dra. Júlia Adão Bernardes (UFRJ), Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP) e Dr. Paulo Alentejano (UERJ). Agradeço ainda à orientadora de minha dissertação, Dra. Maria Aparecida Tubaldini (UFMG), que, diferenças ideológicas à parte, soube direcionar meus esforços ao trabalho construtivo. As recomendações do Prof. Dr. Jacob Binsztok (UFF) foram igualmente fundamentais, assim como as críticas dos pareceristas da Revista Geografias – que, no âmbito de seu anonimato, contribuíram para com o avanço das discussões.

Palavras-chave campesinato; modernidade; capitalismo; processos sociais

Keywords *peasantry; modernity; capitalism; social processes*

Eu vivo uma vida rural, num meio completamente diferente que embrutece até a gente e faz a gente esquecer até da língua portuguesa... porque a gente é produto do meio... então a gente convive num meio e vai esquecendo das coisas...

(Camponês, 83 anos)²

Introdução

Do ponto de vista do método, ao confrontarem um determinado ente empírico, os pesquisadores tendem a criar “tipos ideais”, abstrações que só existem no mundo das idéias. A partir de tais pressupostos, torna-se possível discutir os conceitos e dizer em que medida a “realidade” observada se aproxima ou se afasta deles. No campo científico, portanto, os conceitos são apenas conceitos, e os modelos teóricos não têm correspondência objetiva na realidade empírica. A pretensa “realidade”, por sua vez, não apresenta tipos “puros”. Os conceitos são tipos ideais constantemente em construção³. Ocorre que as problemáticas envolvendo o conceito de camponês têm suscitado inúmeros debates e controvérsias no âmbito acadêmico.

Nas últimas décadas, o construto “camponês” vem sendo empurrado para os bastidores da vida social enquanto alternativa não-credível do que existe, um fragmento da experiência social não socializado pela racionalidade dominante⁴, um modo de ser e de viver que é estrategicamente desqualificado e tornado invisível. Sua (des)conceituação não circunscreve intencionalidades unicamente abstratas, tampouco processos “naturais” ou extra-humanos, mas questões que se impõem pelo e para o próprio homem que hoje vive na e da terra, desumanizando-o.

De um lado, têm-se o camponês do mundo “real” e o objetivo enfrentamento das circunstâncias de sua vida a engendrar quadros de conformação e resistência que emergem do tecido social. Na outra face do Janus, assentam-se os pesquisadores que – alienados de si – abandonaram o conceito de camponês e, sob a rubrica social-democrata da “agricultura familiar”, amplificam a atribuição de sentidos à racionalidade hegemônica, de modo a ratificar a não-existência daquilo que não é compatível à sua funcionalidade produtiva e ao seu tempo linear. Nas páginas seguintes, pelo menos, o camponês terá o seu espaço, na qualidade de sujeito histórico do presente, com seus traços de um passado que se faz presente, seus dilemas atuais e suas aspirações para o futuro. Nossos esforços convergem no sentido daquilo que Santos (2006) sinalizou enquanto proposição acadêmica: a pesquisa científica como instrumento para transformar as ausências em presenças.

Preocupação teórica e empírica entre as ciências humanas e sociais, a desmistificação da definição de camponês enquanto “entidade conceitual” suscita o debate em torno de teorias que concebem a organização da economia camponesa como contraponto à empresa capitalista convencional. Em diferentes espaços e tempos, o camponês, cada vez mais, é concebido como uma forma elementar de inserção no modo de produção capitalista, uma classe social a se reproduzir inserida num processo contraditório de reprodução do capital, uma forma específica de ser e de viver socialmente, um sujeito histórico a desafiar a própria história.

Aos olhos de um observador desatento, o desenvolvimento do capitalismo no campo – atrelado à tecnicização cada vez mais presente na vida desses atores rurais – remeteria à extinção do campesinato enquanto classe e dos camponeses enquanto sujeitos. No contexto das intensas transformações estruturais vislumbradas na modernidade, muitos autores fadaram essa “entidade social” (campesinato) ao

² Entrevista realizada na Serra de Ibitipoca; constitui o *corpus* das fontes primárias da pesquisa (BEDIM, 2008).

³ Nenhum cientista possui os atributos perceptíveis para captar a “realidade camponesa” de fato. Aliás, segundo Marx (1980), toda ciência seria desnecessária se nós tivéssemos a capacidade de captar o real tal qual ele é.

⁴ Alusão à crítica à razão metonímica desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos (2006).

desaparecimento, sendo que, para eles, o século XIX seria o veredito de seu desfalecimento e o século XX o limiar de seu próprio fim face à expansão capitalista no campo⁵. Por conseguinte, não faltaram “profecias” que condenassem o camponês à “extinção”.

Contudo, teóricos como Martins (1990), Oliveira (1991) e Shanin (1980) contrapõem que há uma distorção teórica entre os autores que insistem em reproduzir a idéia de que a expropriação, a tecnificação e o subsequente “desenraizamento” do campesinato seriam os pressupostos fundamentais para o desenvolvimento capitalista no campo. Para Martins e Oliveira, é possível que o campesinato seja entendido como classe social inserida no modo capitalista de produção, reproduzindo-se dentro do capitalismo como expoente de suas próprias contradições.

O dilema conceitual das “batatas”

De pronto surge a necessidade de sublinhar que o conceito de camponês está longe de atingir consenso acadêmico – ainda bem –, muito embora tal discussão seja considerada por alguns como um debate estéril à compreensão da realidade social. Entre as distintas concepções teóricas sobre o campesinato, flutuam diferentes pressupostos político-ideológicos que permeiam as perspectivas de sua análise. De acordo com Shanin (1980), a conceituação histórica do camponês está atrelada à dimensão da sua própria diversidade, já que vários significados e conceitos podem ser atribuídos a um mesmo “camponês” em diferentes períodos históricos ou a diferentes camponeses de uma mesma época. As designações para esse sujeito histórico diferenciar-se-iam em conteúdo de forma tão plural quanto os próprios contextos sociais em que se inserem – podendo inclusive coexistir, numa porção territorial restrita – o parceiro e o arrendatário, o rico e o pobre, o sitiante e o “camarada” agregado à fazenda etc. A desmistificação do conceito, assim, deve acompanhar a própria diversidade – e dinâmica – do camponês, já que “os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo” (*Ibidem*, p. 44).

Entretanto, adotar a padronização de uma definição do camponês enquanto “entidade conceitual” implicaria no risco de generalizar o conteúdo das análises e, assim, escamotear a heterogeneidade dos sujeitos em questão. Por outro lado, há autores que se atêm a destacar o caráter *sui generis* dos camponeses, quase que os correlacionando a entes primitivos, “espécime em extinção” que muitos teóricos insistem em congelar no tempo, no afã de endereçar aos museus do conhecimento seus exóticos “fósseis sociológicos” da modernidade⁶.

Contudo, as teorias convergem no sentido de conferir às economias camponesas um caráter peculiar, já que estas se caracterizam pela presença de “formas extensivas de ocupação autônoma” (trabalho familiar) e pelo controle dos próprios meios de produção, diferindo, pois, da empresa capitalista convencional. Assim, não raro são encontrados estudos que concebem o camponês como um modo de vida – com suas especificidades produtivas, formas próprias de vida social e estratégias de reprodução de sua unidade de produção (como os costumes de herança, a transmissão do patrimônio cultural e a organização da propriedade familiar, entre outras), sendo que, de acordo com Shanin (1980, p. 48), essa reprodução social implica a “produção das necessidades materiais e a reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais”, apontando assim padrões genéricos e específicos dos camponeses. Sua especificidade, dessa forma, estaria atrelada à maneira pela qual os camponeses reagem às mudanças estruturais das esferas mais amplas da sociedade, nelas se refletindo e delas se diferenciando – seja pela “recamponesação” de determinados territórios, seja pela sua tenacidade em resistir aos tempos e ainda possuir um lugar histórico na contemporaneidade⁷.

⁵ Conforme lembra Oliveira (2004), muitos teóricos acreditaram que, uma vez que o campo se desenvolvia do ponto de vista do capital, seria necessário, pois, remover do caminho do “progresso” capitalista um tal “resíduo social” chamado camponês. E não faltaram arautos acadêmicos que anunciassem a proletarianização camponesa, os quais anteviram o endividamento, a falência, a perda de terras e, finalmente, a sepultura do campesinato de suas épocas.

⁶ Tais constatações servem como alerta no sentido de evitarmos a relação nostálgica e até mesmo enganosa que muitos de nós, pesquisadores, temos ao construir uma alteridade, uma “ilha malinowskiana”, ao idealizar que toda população rural é guardiã de traços tradicionais ou portadora de especificidades culturais *sui generis* – expectativas muitas vezes projetadas pelos próprios pesquisadores e não, pelos indivíduos ou grupos camponeses estudados.

⁷ Em certo sentido, os modos de resistência camponesa podem ser entendidos como metáfora da capacidade desse ente empírico (campesinato) em se adaptar às transformações assistidas nos “tempos modernos”. Shanin (1980), por exemplo, ressalta que as tarefas não-agrícolas praticadas pelo camponês num período anterior à modernidade foram assumidas pela produção industrial em massa.

Chonchol (1986) assinala que as sociedades e as economias camponesas detêm certa autonomia em relação às sociedades envolventes. Contudo, isso não pressupõe sua auto-suficiência, já que precisam de dinheiro para satisfazer parte das necessidades elementares à existência – o que as submete às estruturas tradicionais de dominação e exploração, incluindo a venda sazonal e barata da sua força de trabalho e as trocas desiguais no mercado⁸. Já Eric Wolf (2003) pontua que os camponeses detêm um controle considerável dos seus processos produtivos, sendo o seu objetivo principal a própria subsistência e reprodução social enquanto tal – muito embora se trate de uma “cultura parcial”, pois conectada a um todo maior. Conseqüentemente, o autor concebe o camponês a partir de suas relações estruturais e não, como um determinado conteúdo de cultura. Diante disso, os camponeses estabelecem arranjos no âmbito da produção e da distribuição de suas mercadorias, donde a esfera funcional se atrela à estrutura de sua organização sociocultural.

Embora ressalte a importância da propriedade rural familiar para o grupo doméstico camponês, Shanin (1979) reconhece os riscos de “isolar” tais atores sociais dos contextos mais amplos em que se inserem, descontextualizando-os, assim, da história social em geral. Propõe, então, a observância da “incorporação societária” desses sujeitos, a partir da análise bipolar dos processos que permeiam a relação entre os camponeses e as esferas mais amplas das sociedades – dos impactos daqueles sobre estas e vice-versa.

Ao esboçar uma concepção teórica do campesinato como classe, Marx (1979) observa a condição de isolamento em que se encontram tais sujeitos sociais na França como um agravante à pobreza do campo. Destaca ainda que a organização social do camponês não admite a divisão do trabalho nos cultivos, tampouco a assimilação de aparatos tecnológicos em seu estabelecimento rural. A relativa auto-suficiência da família camponesa, assim, está permeada por relações de trabalho que se vinculam mais estreitamente às interações com seus próprios meios de produção (recursos naturais etc.) do que com a sua relação com a sociedade. Uma *adição de batatas num saco de batatas*⁹ a formar uma classe, já que, à medida que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas de existência que definem o seu modo de vida, seus interesses e sua cultura, o campesinato diferencia-se de outras classes, visto que peculiaridades econômicas e culturais colocam os camponeses em oposição frente às demais classes. Contudo, à medida que seu *modus vivendi* e sua condição de relativo isolamento os levam a viver em condições similares sem todavia estabelecer uma organização política entre si, os camponeses deixam de formar uma classe. Não representando a si mesmos, acabam sendo representados por outros. Por conseguinte, “a influência política dos camponeses minifundistas encontra sua expressão final no poder executivo que subordina a sociedade a ele mesmo” (*Ibidem*, p. 208, tradução nossa). Eis, pois, uma representação possível da *soma das batatas*:

Los campesinos minifundistas forman una vasta masa cuyos miembros viven em condiciones similares pero sin establecer relaciones múltiples entre sí. [...] Cada familia campesina individual es casi autosuficiente; produce directamente la mayor parte de su consumo y adquiere así sus medios de vida más a través del intercambio con la naturaleza que em su relación con la sociedad. Una parcela, un campesino y sua familia, al lado otra parcela, otro campesino y otra familia. (MARX, 1979, p. 208).

Entretanto, Shanin (1980) salienta que as observações de Marx se referiam a *sacos de batatas* franceses no contexto de uma Europa que se industrializava e induzia a reestruturação da sociedade em duas classes fundamentais – processo que culminara na decomposição das unidades camponesas

⁸ Incluem-se aqui a compra de produtos complementares e a venda de sua produção, as quais envolvem relações de trocas desiguais no mercado, geralmente desfavoráveis aos camponeses.

⁹ “Uma batata dentro do saco de batatas” – era assim que o velho Marx (1979, p. 208) metaforizava a figura emblemática do camponês e seu estabelecimento rural familiar: “[...] la gran masa de la nación francesa está formada por simple adición de magnitudes homólogas, así como las papas en un saco forman un saco de papas”.

de produção e, por conseguinte, do próprio campesinato, tendo em vista a necessidade de liberar mão-de-obra para a indústria e assim gerar trabalho assalariado – já que, ainda segundo Marx, é a partir da produção de capital e do trabalho assalariado que o capital se valoriza. Assim, “a linha mestra da teoria social marxista abordou o campesinato contemporâneo através da problemática de sua transformação capitalista expressa em dois principais debates conceituais, referentes à diferenciação e aos modos de produção” (SHANIN, 1980, p. 53). Porém, muitos dos que se intitulam adeptos do marxismo lançaram mão de particularidades dos dilemas camponeses observados por Marx, sem, contudo, contextualizar que tal problemática se referia às observações específicas de uma dada época e de um dado território submetido a um intenso processo de desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

¹⁰ “O camponês não é uma figura do passado, mas uma figura do presente da história capitalista do país. Classificar a esperança da terra livre como um dado do passado é imputar sentido às lutas camponesas; é admitir equivocadamente que o passado tem uma existência em si mesmo. Entretanto, esse ‘passado’ só tem sentido, só pode ser compreendido, por meio das relações que tornam sua evocação necessária – essas relações estão na violência do capital e do Estado. Portanto, esse ‘passado’ é uma arma de luta do presente. Esse ‘passado’ só tem sentido no corpo dessa luta, só se resolverá quando se resolverem as contradições do capital – quando então será possível compreender que o sentido do passado só se desvenda corretamente ‘no futuro’, na superação e na solução das contradições do capital – da exploração e da expropriação” (MARTINS, 1990, p. 16).

¹¹ “[...] o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (MARTINS, 2004, p. 19-20).

¹² O ponto de convergência entre muitos teóricos da questão agrária sobre a organização da unidade de produção camponesa reside no fato de que ela se assenta no trabalho familiar, não necessariamente havendo trabalho assalariado – diferenciando-se, assim, da clássica estrutura de produção capitalista.

¹³ Cf. Shanin (1980).

¹⁴ Vale destacar que, de acordo com a perspectiva social-democrata de Kautsky (1972), o camponês não seria culturalmente desenvolvido para estabelecer a revolução.

Para os “marxistas” que professaram ser o desenvolvimento capitalista no campo um ultimato a condenar a reprodução camponesa enquanto classe, o camponês só teria passado e não, futuro. Para Martins (1990), entretanto, são os dilemas camponeses do presente que atualizam esse “passado”, ressignificando-o nas lutas cotidianas de construção de um futuro possível¹⁰. Esse autor verifica inclusive “a produção capitalista de relações não-capitalistas de produção” (*Idem*, 2004, p. 23) – já que, entre os mecanismos de constituição da força de trabalho que definem as relações camponesas de produção, a organização do trabalho familiar aplicada à produção direta de seus meios de vida não permite que tais relações sejam consideradas, *ipsis litteris*, como relações tipicamente capitalistas¹¹. A eventual ausência do regime de trabalho assalariado na organização do trabalho camponês¹², assim, não apenas insurge da contradição histórica do processo de valorização e expansão do capital no campo mas também, contraditoriamente, cria condições para a subordinação de seus fatores excedentes de produção e o subsequente condicionamento do trabalho camponês ao capital como processo funcional à reprodução do próprio capital. Ou seja, tem-se a exploração da unidade familiar de produção camponesa como uma necessidade de expansão capitalista, verificando-se, nesse tipo de exploração do trabalho familiar, o máximo de sobretrabalho.

O que se verifica, sazonalmente, no âmbito estrutural das unidades camponesas é a compra esporádica e parcial de força de trabalho, o que não necessariamente constitui trabalho assalariado. Se o salário é o elemento que constitui os custos da reprodução do trabalhador no sistema capitalista, a ausência de trabalho assalariado na unidade de produção familiar camponesa pode ser entendida ainda como um artifício do capitalismo mundial – criado a partir da relação desigual entre campo e cidade? – o qual se apropria das desigualdades do desenvolvimento para se reproduzir.

A expansão do modo capitalista de produção no campo suscita a emergência de diferentes relações de trabalho no meio rural, sendo necessário pensar o pequeno produtor como integrado às formas de produção capitalistas – já que ele incorpora as diversificadas formas assumidas pelo trabalho no campo. Ademais, o aparente “atraso” da agricultura camponesa pode ser entendido como algo interessante ao capitalismo, pois resguarda territórios para onde ele poderá se expandir no futuro e valorizar-se. Nessa perspectiva, a desigualdade do desenvolvimento rural é funcional à reprodução do capital.

Num contexto de profundas transformações sociais e de expansão do capitalismo no século XIX, por exemplo, quando muitos economistas acadêmicos e até mesmo marxistas ortodoxos atrelavam a expansão do capital à “descampesinação”¹³, Karl Kautsky (1972)¹⁴ e sua perspectiva social-democrata trouxeram luz nova ao debate sobre a problemática camponesa de sua época, admitindo que, ao

contrário do que se observava em outros setores da economia, haveria processos de diferenciação na maneira pela qual o capital penetrava na agricultura. Nesse contexto, a indústria personificava a principal intervenção nas sociedades rurais, engendrando a sua transformação capitalista e subordinando-as ao cerco industrial. Lenin (1982), por sua vez, atribuiu a transformação capitalista do campesinato não à esfera produtiva e sim, às relações mercantis e aos processos de diferenciação de classe e divisão do trabalho. A lógica das relações de mercado, assim, indicaria polarizações entre camponeses ricos e pobres e, por conseguinte, entre proletários e capitalistas rurais¹⁵.

Com o revigoramento das discussões marxistas nos anos 1960 e 70, emergiu um novo foco de análise voltado para o binômio camponeses/modos de produção e seus desdobramentos sociais. Desse contexto, a pergunta: os camponeses constituem um modo de produção específico? Segundo Shanin (1980), não, uma vez que, apesar de o excedente ser criado dentro da unidade camponesa de produção, sua apropriação e sua exploração são em geral externas a ela. Ou seja, os camponeses carecem de uma *estrutura político-econômica auto-suficiente*, já que a exploração intracamponesa (no interior da unidade de produção e de suas subseqüentes relações de vizinhança) seria secundária em relação à exploração extracamponesa. Por outro lado, verifica-se a possibilidade da existência histórica do camponês como modo de produção secundário, subjugado diante de um modo de produção dominante – sendo que este último incorpora o papel de “explorador” em relação a um *soi-disant* modo de produção “explorado” que não se articula por si mesmo¹⁶. Legitimado pelos escritos de Marx¹⁷, o modo de produção secundário traduz as circunstâncias em que o trabalhador é senhor das condições de seu próprio trabalho. Mas há ainda uma outra proposta de utilização da noção de “modo de produção” para designar o campesinato, a qual, de igual inspiração marxista, recai na concepção da própria agricultura camponesa como um modo *sui generis* de produção, sendo que “o modo de produção aqui é considerado em seu sentido mais direto e descritivo, isto é, como uma forma de produzir, um processo de trabalho, um estágio tecnológico geral de desenvolvimento social, um conceito de alcance muito reduzido” (SHANIN, 1980, p. 64).

Modernas contradições

Os traços distintivos da modernidade vão desde as intervenções na esfera da produção (do artesanato à indústria), passando por mudanças políticas estruturais (ascensão da democracia em detrimento da monarquia), por revoluções culturais (vida cotidiana em evidência, cultura de massas, difusão dos meios de comunicação etc.) e sociais (como a divisão social do tempo de trabalho e o aparecimento da *mulher moderna*¹⁸) etc. Marx e Engels (1987) vêem a vida moderna como uma atmosfera de contradições, expondo as fissuras de um mundo em transformação, onde a vida se apresenta contraditória em sua base¹⁹; um tempo de destruição das barreiras morais; contexto turbulento em que os homens seriam levados a enfrentar as verdadeiras condições de sua existência²⁰. Nessa concepção teórica sobre a modernização capitalista, são reforçados os mecanismos de sujeição das forças da natureza ao homem, a consolidação do enigmático mundo da mercadoria e sua capacidade em incorporar, ao mesmo tempo, valor de uso e valor de troca. Os “mistérios da mercadoria”, por sua vez, vinculam-se à representação do trabalho social no e pelo dinheiro; aos mecanismos de criação e alimentação de “apetites imaginários”, fetiches personalizados no desejo do consumidor em se apropriar de algo; à formatação, à produção e à venda de “necessidades desnecessárias” à reprodução social humana imediata – induzindo nos consumidores fantasias que se materializam em mercadoria.

¹⁵ Vale destacar que a abordagem de Lenin sobre a questão agrária sofreria mudanças substanciais a posteriori, uma vez que, em 1907, ele reconheceria a permanência de traços camponeses na agricultura russa (LENIN, 1982).

¹⁶ “O modo de produção secundário representaria uma estrutura desencadeada de forças e relações de produção, uma economia política necessariamente incompleta, em cujos limites se situam o conflito e as determinações societárias dominantes” (SHANIN, 1980, p. 64).

¹⁷ Marx (1964; 1980, p. 926).

¹⁸ “Mulher moderna” é um termo cunhado por Lefebvre (1969, p. 181): “A mulher moderna é muito real e realista para nutrir símbolos e nutrir-se deles. Ela se serve deles acreditando apenas na metade, para sustentar-se e para impor-se”.

¹⁹ Lefebvre (1969, p. 5) observa ainda que “[...] o mundo moderno avança precedido ou seguido de suas sombras: crises múltiplas, sempre mais freqüentes e mais profundas, contradições e confusões inextricáveis, dramas e catástrofes”.

²⁰ “A revolução contínua da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a eterna agitação e incerteza distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Suprimem-se todas as relações fixas, cristalizadas, com seu cortejo de tradicionais e veneradas concepções e idéias; todas as novas relações tornam-se antiquadas, antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável evapora-se no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e por fim os homens são obrigados a encarar com serenidade suas verdadeiras condições de vida e suas relações com os demais homens” (MARX; ENGELS, 1987, p. 106).

Tal qual o maquinário e o operariado, os camponeses também podem ser entendidos como expressão dos *tempos modernos* e de suas erupções sociais, econômicas e culturais, evidências empíricas de uma era em que *tudo parece estar impregnado de seu contrário*. Não obstante, Berman (1986, p. 373) esboça uma visão dos tempos modernos a partir da análise da história e da cultura dos séculos XIX e XX, em que a “destruição” das estruturas tradicionais capta o espírito da modernidade a partir do sentido de aniquilação do passado pelo presente, sendo o destino do homem condicionado pela tecnologia num contexto em que era necessário “esquecer intencionalmente o passado com o intuito de realizar ou criar alguma coisa no presente”.

Tal processo inclui a sujeição dos espaços à lógica burguesa dominante, a interconexão das partes mais remotas do globo a partir da compressão tempo-espaço, a satisfação cada vez mais rápida das necessidades do mercado, a emergência de elementos que revolucionam a produção tanto material quanto imaterial. Em seu campo diferencial de análise filosófica do cotidiano, Henri Lefebvre (1969) acrescentou ainda o “aleatório” entre as características da modernidade, somando assim um adjetivo ao que Baudelaire (1863) outrora definira como efêmero, transitório, contingente. Lefebvre (1989) observa a coexistência, no mundo moderno, de diferenciados ritmos do tempo – lineares e cíclicos, ambos conjugados – como o tempo cósmico, o tempo do cotidiano, o tempo das instituições etc. No cotidiano, assim, haveria uma confluência de ritmos a um só tempo, uma “interferência entre o repetitivo cíclico e o repetitivo linear” (*Ibidem*, p. 137), resguardadas as possibilidades de cada lugar viver ritmos diferenciados. Modificados pela vida social, os ritmos de origem natural (estações do ano, ritmos biológicos etc.) intervêm nas sucessões lineares e repetitivas das ações humanas²¹.

O camponês, por sua vez, é um sujeito histórico dependente dos sinais espaço-temporais de seu meio: desde cedo aprende a interpretar os códigos que definem o tempo da terra em que trabalha. O tempo camponês está atrelado a um *modus vivendi* permeado por uma maior interdependência da repetição de seqüências ditadas por fenômenos naturais – estações do ano; período chuvosos ou secos, frios ou quentes; tempo de plantio e tempo de colheita; percepção da influência das fases da lua na caça, na pesca e nos afazeres do cotidiano rural; períodos de maior ou menor incidência de cio nos rebanhos eqüinos e bovinos; épocas menos ou mais propensas à reprodução ou ao abate dos pequenos animais domésticos; momentos do dia mais propícios à poda das árvores, à ordenha do gado ou ao curandeirismo de doenças. Para o camponês, o tempo cíclico é, pois, uma de suas formas elementares de apreensão do mundo.

O *habitus*²² camponês é um modo peculiar de existir no tempo histórico, cujas construções simbólicas independem de horários regulados mecanicamente ou de mecanismos de produção em série. A *campesinidade* traz em si uma temporalidade aprisionada em sua própria manifestação, signos cíclicos conjugados num modo de vida. O ritmo das águas, do solo, dos animais e das plantas orienta as estratégias de (re)produção do homem rural, donde códigos *culturalmente naturais* – ou seja, um conjunto de indicadores espaço-temporais – revelam ao camponês os “sinais do tempo” e apresentam-se como marcadores rituais dos períodos de vida e trabalho.

Na modernidade, contudo, o sistema econômico mundial estaria imprimindo novas temporalidades às práticas de uso dos recursos naturais, acelerando o ritmo de transformação da natureza pelo homem. Como contraponto a tais acelerações, tem-se a organização social produtiva do camponês, a qual pressupõe a assimilação cultural dos processos ecossistêmicos do ambiente envolvente – o que

²¹ Para o estudo de tais fenômenos, Lefebvre (1989) propôs a *ritmanálise* – uma ciência, ao meu ver, ainda em processo de constituição, mesmo que a *posteriori* da morte do autor.

²² A noção de *habitus* ora utilizada está assentada nos termos de Pierre Bourdieu (1990).

Leff (2000, p. 97) denomina “racionalidade da produção rural e das economias de auto-subsistência” – e integra valores culturais específicos, indissociáveis pois de seus fatores ecológicos.

O desenvolvimento do capitalismo industrial, por sua vez, implicou num disciplinamento do ritmo de trabalho do homem, por meio do “compasso” da máquina e das diferentes formas de tempo às quais o operário fora submetido. N’*O capital*, Marx (1980) anuncia o poder da máquina em nivelar o homem às ferramentas, constituindo um novo processo de trabalho e de vida. Por conseguinte, o tempo, que antes era ditado pelos fenômenos da natureza, passa então a ser regido pelo ritmo dos motores; o “tempo cíclico”, que até então se baseara na periodização dos elementos naturais, gradualmente perde o sentido à medida que as máquinas assumem o ritmo do tempo de trabalho. Subordinada ao tempo de produção, a temporalidade do homem moderno encontra-se assim subvertida à esfera econômica: tem-se, pois, um tempo produtivo e útil²³.

Tendo em vista o esforço empreendido pelos capitalistas em acelerar o ritmo de circulação do seu capital, Harvey (2005) observa que a transformação da experiência do espaço e do lugar se atrela às revoluções na dimensão do tempo. O “valor em movimento”, assim, não apenas traduz a mobilidade geográfica do capital e do trabalho mas subentende ainda o uso do tempo e da intensidade do trabalho humano – relação esta que permeia o “endemismo” das lutas de classe entre os proprietários do capital e os que vendem os seus braços ao sistema produtivo. Como contraponto à temporalidade camponesa, têm-se a produção ritmada do tempo na era industrial, o desenvolvimento dos meios de controle da força de trabalho e a subsequente extração da mais-valia a partir do tempo de trabalho excedente do trabalhador – já que o domínio do tempo de trabalho dos outros permite aos capitalistas a condição de se apropriar dos lucros.

O camponês, em si, expressa a permanência (resistência?) de estruturas sociais geradas num período anterior, notadamente marcadas por suas variantes culturais e socioeconômicas. Tal contexto remete-nos à lógica da simultaneidade anunciada por Henri Lefebvre²⁴ (1975), ao discorrer sobre o embaralhamento do tempo na modernidade – tendo em vista que o tempo de reprodução do capital exige que diferentes coisas aconteçam ao mesmo tempo, permitindo assim a coexistência de formações sociais de diversas épocas – sendo possível observar num território restrito estágios “arcaicos” de existência ao lado do ultramoderno, donde os conjuntos recentes se compõem a partir de mosaicos conjugados de diferentes eras²⁵.

Uma vez sujeito no e do processo histórico moderno, o camponês insere-se entre os inúmeros fenômenos sociais engendrados pela modernidade e suas contraditórias tendências econômicas, políticas e culturais a transformar o mundo. Materializa ainda a importância da lógica da simultaneidade na experiência ocidental; a projeção e a contestação, no âmbito acadêmico, do indivíduo rural em movimento (o alibi incômodo a desafiar as teorias modernas dos “espíritos sem lar”, sem um lugar fixo, sem uma identidade aprisionada no tempo), signo contraditório de um mundo sem fronteiras porém delimitado em si; a compressão tempo-espaço a produzir subversões históricas – donde o camponês se torna preocupação teórica e empírica entre as ciências humanas e sociais. Nesse contexto, o campesinato moderno apresenta-se como ícone contraditório de um mundo envolto pelos mecanismos produtivos do capitalismo pós-industrial. Diante dessa conjuntura histórica, em que os detentores de capital criam um mundo à sua imagem e semelhança²⁶, o camponês deve ser pensado como um sujeito integrado às formas capitalistas de produção.

²³ Eis uma representação sobre a funcionalidade do tempo sob a égide do capitalismo, nas palavras de Henri Lefebvre (2003, p. 23): “tempo de compra e venda; tempo comprado e tempo vendido”.

²⁴ O mundo moderno, para Lefebvre (1975), destrói o originário e o original, as particularidades e os lugares, saqueando a natureza e substituindo a obra pelo produto. Num contexto da mundialidade do mundo, o domínio sobre a natureza revela dialeticamente (e diabolicamente, segundo o autor) o seu contrário: uma “destruição total que leva à exigência de uma reprodução (recreação) igualmente total” (*ibidem*, p. 88, tradução nossa). O advento industrial e sua racionalidade conotam, pois, a centralidade política, a concentração das decisões, implicando a homogeneização do espaço e a centralidade da informação – conferindo ao *urbano* um tempo-espaço diferencial e diferenciado – a saber, dominante.

²⁵ “O mundo atual oferece à observação e à análise a coexistência de formações de épocas e datas diferentes [...] essa justaposição paradoxal – o mais arcaico ao lado do ultramoderno – é observada algumas vezes em um território restrito [...] No mundo rural, nada desapareceu inteiramente” (LEFEBVRE, 1981, p. 166).

²⁶ Marx e Engels (1984, 1987).

Quando a “agricultura familiar” perde espaço no âmbito conceitual: modernos sim... mas camponeses?

Sob a engrenagem do capitalismo, a *diferenciação* e a *marginalização*²⁷ apresentam-se como padrões de mudança camponesa. A partir daí, no entanto, surge uma nova problemática: *Quando, se acontecer, um camponês deixa de ser camponês, mantendo embora como unidade de produção o estabelecimento rural familiar?*²⁸. Danilov *et al.*²⁹ (1977 *apud* SHANIN, 1980, p. 59) traz uma proposta conceitual para os casos em que a unidade de produção familiar é ausente de trabalho assalariado mas baseada em investimentos expressivos de capital e lucro. O autor subdivide as forças produtivas do estabelecimento familiar nas “naturais” – terra e força de trabalho – e as que são artificialmente produzidas pelo homem – maquinaria e equipamentos – e sinaliza que o conceito de camponês seja adotado apenas para as unidades familiares em que a produção é determinada a partir dos fatores “naturais” de produção. Tal proposta, contudo, limita-se a contextos em que a produção do estabelecimento rural é fundamentalmente marcada por atividades agrícolas. Resta saber que norteamento teórico-metodológico seguir quando a unidade de produção é caracterizada pela combinação de atividades agrícolas com outras não-agrícolas – portanto, *pluriativas* em termos de estrutura ocupacional. Daí a problemática: uma unidade de produção familiar cujos membros trabalham na sua própria terra sem a presença de trabalho assalariado mas que, sazonalmente, prestam serviços parciais fora de seu estabelecimento pode ser definida como camponesa? Se não, quais critérios a “descamponéiam”? A prestação de serviços teria de ser endógena ao estabelecimento rural familiar? Estaríamos diante de novos processos de *diferenciação* contemporâneos?

Faz-se necessário, pois, tipologizar as tendências/padrões de mudança no interior da unidade básica de produção – os estabelecimentos rurais familiares – diagnosticando suas lógicas produtivas e como nelas se refletem os novos contextos socioeconômicos. A unidade familiar de produção camponesa e bem assim os estabelecimentos empresariais articulados à agricultura produtivista modernizada não são instituições características de diferentes períodos históricos, mas distintas formas de organização humana do espaço que coexistem e que estão conjugadas a um só tempo.

No âmbito econômico, Chayanov (1974) destaca o estabelecimento camponês como unidade elementar da organização social e econômica, sendo ele, para o autor, uma forma de produção não-capitalista estruturada na força de trabalho intrafamiliar, na qual a correlação entre trabalho e consumo tende ao equilíbrio. Por conseguinte, a manutenção das atividades produtivas está vinculada à diferenciação demográfica da unidade econômica camponesa, havendo, pois, uma correlação entre o tamanho da área de que se dispõe para trabalhar e o tamanho da família³⁰. Ao definir o seu plano organizador, Chayanov (1974, p. 133) sublinha que a parcela de capital disponível materializa-se na apropriação dos próprios meios de produção, sendo que tal tendência é circunscrita pela força de trabalho disponível na família e pelos limites da fadiga do trabalho de seus próprios membros. O equilíbrio entre trabalho e consumo, assim, expressa o mecanismo regulador das tendências consumidoras da família. A partir de uma alta produtividade, por exemplo, a unidade de produção camponesa tende não apenas a satisfazer suas necessidades pessoais mas a ampliar a renovação de capital e, ainda, a acumular mais capital.

No interior da unidade de produção familiar, a definição de metas e estratégias de ação perpassa pela existência objetiva – muito embora as iniciativas sejam experimentadas subjetivamente – já que o manejo dos recursos disponíveis e a natureza de seu plano organizador muitas vezes resultam da “percepção intuitiva”, trazida à esfera prática pela luz dos resultados observados em experiências anteriores³¹.

²⁷ No que concerne às análises da transformação capitalista da agricultura camponesa, Shanin (1980, p. 56) destaca três principais tendências observáveis: i) processos de diferenciação; ii) marginalização; iii) pauperização. Nesse contexto, a *marginalização* representa as circunstâncias em que a produção camponesa perde espaço dentro da economia nacional, tornando-se defasada. Os camponeses então não se dissolvem, tampouco se diferenciam ou se proletarizam. Prosseguem existindo enquanto camponeses que se reproduzem em unidades agrícolas diferenciadas.

²⁸ Shanin (1980, p. 59).

²⁹ DANILOV, V. P. *et al.* *Osnovnye Etapy Razvitiya Krest'yanaskogo Khozyaistva*. Moscou: [s.n.], 1977.

³⁰ Sendo assim, a mão-de-obra disponível na família é um fator determinante no processo produtivo, a partir do qual se organizam as estratégias de reprodução social da unidade camponesa de produção.

De acordo com Hugues Lamarche (1993, p. 15), contudo, encontramos-nos diante de um presente histórico que nos traz a transformação das formas sociais de produção agrícola, tendo em vista a crise do modelo produtivista nos países capitalistas e suas respectivas contradições, sendo que a exploração familiar corresponde a “uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Nessa perspectiva, a conjugação e a interdependência da tríade *propriedade, trabalho e família* engendram complexos e abstratos mecanismos necessários à reprodução da própria exploração, incluindo a transmissão do patrimônio que a sustenta.

Entretanto, seguindo uma tendência teórica – e política³² – emergente nos anos 1990, Lamarche (1993) utiliza o conceito de *agricultura familiar* em detrimento do de *campesinato*, alicerçando-se, como critério para tal “desconceituação”, no grau de inserção dos agricultores na economia de mercado. Assim, o autor traça um modelo baseado num eixo escalonado, partindo de um *modelo original* (segundo o autor, proveniente das *sociedades selvagens*, um modelo *tribal*), até atingir, linearmente, o outro lado da extremidade, o *modelo ideal*, desejável como meta – de caráter empresarial e expoente do máximo grau de integração do camponês na economia de mercado e das suas interações com a sociedade de consumo, um “modelo de referência para o futuro” segundo o qual o outrora camponês produzirá para o mercado a partir de seu “empreendimento familiar moderno”.

O leitor atento terá percebido que nossa reflexão acerca da exploração familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de inserção na economia de mercado. É claro que concebemos essa integração em seu sentido mais absoluto, ou seja, tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sociocultural. Com efeito, é evidente que a um determinado grau de integração no mercado corresponda uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e de representação. (LAMARCHE, 1993, p. 18-19).

Lamarche (1993, p. 18) afirma ainda que a formação social e econômica dos grupos rurais inseridos na produção agrícola se dá a partir de sua “capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los”. E prossegue, negando a noção marxista de classe social ao afirmar que “as explorações familiares não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo” (*Ibidem*, p. 18). **A base fundamental da noção de agricultura familiar é essa aí; e sua discrepância teórica, também.** Ao escamotear o conceito de *campesinato*, Lamarche, contraditoriamente, esquivava-se da própria “diversidade” que ele tanto alegoriza na *agricultura familiar* de seu discurso³³. Não por acaso esse autor argumenta que “Henri Mendras havia previsto, já em 1967, o fim dos camponeses” (*Ibidem*, p. 15).

A geógrafa Larissa Bombardi (2003, p. 110), por sua vez, produziu uma expressiva crítica ao conceito de agricultura familiar, considerando tal acepção *lamarchiana* como sendo “evolucionista e cartesiana”, uma vez que reflete uma visão *colonialista* sobre o sujeito que se propõe estudar. No sentido de sua análise, Bombardi afirma ainda que “neste tipo de entendimento o *moderno*, o *civilizado* superaram inexoravelmente o que é tido como arcaico, como portador do *atraso*” (*Ibidem*, p. 110). E o discernimento da autora vai além, ao denunciar que “está se tentando forjar um conceito por meio de uma classificação que toma em consideração o aspecto externo e mais visível do modo como os agricultores relacionam-se com a sociedade de mercado” (*Ibidem*, p. 107). Como contraponto àquele tipo de visão propagada por Lamarche e seus adeptos, a autora então expõe a importância de examinar – no âmbito da geografia agrária e a partir da análise das diferentes lógicas que regem

³¹ “[...] o plano organizador da unidade econômica camponesa atualmente se elabora não mediante um sistema de estruturas lógicas relacionadas e de cálculos mas sim, pela força da sucessão e imitação da experiência e pela *seleção*, durante muitos anos e amiúde subconscientemente feita, de métodos exitosos de trabalho econômico” (CHAYANOV, 1974, p. 134, tradução nossa).

³² Em relação à apropriação do conceito de *agricultura familiar* nas políticas públicas empreendidas pelos dois últimos governos federais (Fernando Henrique Cardoso e Lula) em suas estratégias de desenvolvimento agrário, devemos destacar que seus respectivos mecanismos de crédito podem ser entendidos como a subordinação da renda da terra ao capital financeiro, sob uma perspectiva social-democrata. Mais uma vez, evidencia-se o caráter político-ideológico e institucional da utilização do termo *agricultura familiar*.

³³ “[...] a exploração familiar não é portanto um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade” (LAMARCHE, 1993, p. 18).

a cena social – os processos sociais que permeiam tais questões e conceitos para, então, entender e explicar a sociedade:

Do ponto de vista da geografia, se tomarmos o território como categoria de análise, faz uma grande diferença falar em camponato ou em agricultura familiar, fundamentalmente porque a questão das relações sociais se configura como essencial nesta análise. [...] Se quisermos propor uma explicação ou análise séria da realidade devemos fazê-lo não por sua forma aparente (onde não é possível buscar explicação, onde não tem sentido analítico) senão no âmago do processo, o que vale dizer das relações sociais. (BOMBARDI, 2003, p. 110-111).

Se tomássemos a proposta de Lamarche (1993) como pressuposto teórico numa pesquisa empírica, partiríamos da premissa de que, caso **ainda** haja a exploração camponesa num dado território, mais cedo ou mais tarde ela seguirá sua “linha evolutiva” rumo à empresa rural moderna baseada no trabalho familiar. Cegamente, então, partiríamos da hipótese de que os sujeitos sociais pesquisados advêm de um modelo “original” de exploração vinculado ao modo de vida de seus *antepassados camponeses*, e, ainda, de que eles caminham, inevitavelmente, para um tal *modelo ideal* que os levará, indubitavelmente, à “descampesinação”. Isso implicaria em dizer, de antemão, que o camponato só teria passado e não, futuro; que as comodidades do mundo moderno os destituíram da condição de camponeses; que o homem rural que adquiriu antena parabólica, automóvel ou telefone celular deve, em termos teórico-metodológicos, ser reconceituado como “agricultor familiar moderno”. Na melhor das hipóteses, a concepção teórica (e por que não ideológica?) da *agricultura familiar* de Lamarche permitir-nos-ia falar em resquícios camponeses do presente.

Ora, pois, Boaventura de Sousa Santos (2006) já alertara que a *residualização* e a subsequente *monocultura do tempo linear*³⁴ representam faces dissimuladas da lógica de produção da não-existência. A mera constatação de que a história não é linear³⁵ já enfraquece, pelo cerne, o modelo escalonado de Lamarche (1993) que pressupõe a “evolução” do “primitivo camponês” rumo ao “agricultor familiar moderno”. Além do mais, reproduzir a *máxima lamarchiana* de que “a exploração camponesa é familiar... mas nem todas as explorações familiares são camponesas” (LAMARCHE, 1993, p. 16) equivale, pois, a reconhecer que a chuva é molhada para, então, alicerçar uma tempestade teórica a destituir, conceitual e ideologicamente, o camponato enquanto classe e o camponês enquanto sujeito histórico.

Embora uma parcela considerável dos estudos contemporâneos sobre a *agricultura familiar* rejeite as contribuições teóricas marxistas, o conceito de *agricultura familiar* – tal qual vem sendo apropriado nos últimos anos por governos e acadêmicos – em termos institucionais contraditoriamente exprime, sob a perspectiva social-democrata, a subordinação da renda da terra ao capital financeiro.

Uma interpretação apurada pode revelar que tanto a *agricultura familiar* de Hugues Lamarche (1993) quanto as *relações pré-capitalistas* que Chayanov (1974) observou no camponês russo denunciam, ambas, a exploração familiar como um máximo de sobretrabalho, o trabalho familiar agrícola como uma das formas pelas quais o trabalho se realiza no sistema capitalista, a subordinação da renda da terra ao capital num contexto em que a mercadoria passa a ser um elemento de justificativa das sociedades modernas. Não obstante, o que Chayanov (1974) denomina *formas pré-capitalistas de produção* nada mais é do que a denúncia da exploração da unidade familiar de produção como necessidade da expansão capitalista. Contudo, não podemos escamotear a diversidade sociocultural dos sujeitos com os

³⁴ “[...] a monocultura do tempo linear se assenta na idéia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos. Esse sentido e essa direção têm sido formulados de diversas formas nos últimos duzentos anos: progresso, modernização etc. [...] Esta lógica produz a não-existência declarando atrasado tudo o que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado. [...] O encontro entre o camponês africano e o funcionário do Banco Mundial em trabalho de campo ilustra esta condição. Neste caso, a *não-existência assume a forma de residualização* que, por sua vez, tem, ao longo dos últimos duzentos anos, adotado várias designações, a primeira das quais foi o *primitivo* ou *selvagem*, seguindo-se outras como o tradicional, o pré-moderno, o simples, o obsoleto, o subdesenvolvido” (SANTOS, 2006, p. 103, grifo nosso).

³⁵ Vale lembrar que, na efervescência política do século XIX, o próprio Marx se deslocou para a Inglaterra industrial, na expectativa de ver a revolução acontecer – onde lá ficou fazendo panfletagem. Mas... entretanto... porém... a Revolução se deu na Rússia. Na Rússia agrária!

quais lidamos em nossos estudos e tampouco ignorar os mecanismos contraditórios que permeiam a reprodução do capitalismo no campo. E ainda: devemos respeitar as diferenças que constituem os diferentes tipos de agricultura camponesa praticados do Brasil. Adotar o conceito de camponês, numa pesquisa em geografia agrária, é situar o campesinato no processo de transformação histórica da sociedade; é reconhecer as diferentes formas assumidas pelo campesinato, a diversidade intrínseca às manifestações de sua própria existência enquanto classe social a se reproduzir no interior do capitalismo. Com a palavra, José de Souza Martins (1990, p. 25, grifo do autor):

A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente [o camponês] e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloqüente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: *ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado.*

A análise do ente empírico camponês requer a concepção de diferentes trajetórias e estratégias familiares, cujas escolhas perpassam pelos planos individual, familiar e social; pelos desejos e pelas metas a serem alcançadas a curto e a médio prazo; pelos diferentes movimentos no interior das unidades familiares e suas contradições; pelos diversos anseios e desejos quanto ao futuro profissional das gerações seguintes; pelos conflitos processuais entre gerações de uma mesma família; pela experiência acumulada dos predecessores e pelas expectativas de futuro dos sucessores. Resta saber se, em termos teórico-metodológicos, as propostas de análise da organização da unidade familiar de produção agrícola são ou não transponíveis para outras formas de produção familiar – como as pluriativas – que atualmente se estruturam no contexto contemporâneo. Chayanov (1974, p. 125, tradução nossa), por sua vez, pondera que “a família camponesa sem terra nem meios de produção suficientes para a utilização completa de toda a sua força de trabalho coloca seu excedente em outras formas de atividade econômica (artesanais e comércio)” – que incluem, pois, atividades rurais não-agrícolas. Considerando a possibilidade de (re)alocação de recursos no interior da família camponesa, tem-se o fenômeno da pluriatividade nos seguintes termos: a unidade de produção familiar, apesar de não contratar força de trabalho exterior e ser proprietária dos seus próprios meios de produção, esporadicamente se vê obrigada a empregar parte de sua força de trabalho em atividades rurais não-agrícolas.

Porém, na visão de Graziano da Silva (1997), a pluriatividade do trabalho seria o indicativo, a sentença a revelar que o camponês não mais poderia assegurar a sua reprodução enquanto tal³⁶. Diante disso, um questionamento inevitável: a *pluriatividade* estaria então mistificando formas de exploração do trabalho camponês? O “novo rural” seria o “velho rural” subordinado, no campo, aos mecanismos de expansão do capital? O termo *pluriatividade* não seria, por si só, um eufemismo³⁷?

Para Oliveira (2004, p. 42), contudo, estamos diante de um novo sujeito social nascido das contradições do capitalismo, já que “o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar”. A prestação de serviços temporários fora da unidade camponesa de produção, ao invés de condenar o campesinato ao desaparecimento, pode significar justamente o contrário, ou seja, contribuir para com a reprodução social do camponês, mesmo que pelo acréscimo de novas formas de racionalidade aos seus processos produtivos (BEDIM, 2008).

³⁶ “[...] ele não é mais um agricultor ou pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais” (SILVA, 1997, p. 44-45).

³⁷ Vale ressaltar que, independentemente do tempo e do espaço em que opere, o campesinato não deve ser abstraído de sua relação com as esferas mais amplas da sociedade. Daí a necessidade de “diacronizar” as análises e considerar os contextos societários em maior escala, já que “uma formação social dominada pelo capital, que abarque camponeses, difere daquelas em que não existem camponeses” (SHANIN, 1980, p. 69).

Campesinidade: o ethos da terra desafia a história

Como já demonstrado anteriormente, a natureza da unidade de produção camponesa não se traduz num organismo econômico individual, estando, pois, articulada às esferas mais amplas da sociedade e inserida contraditoriamente no modo capitalista de produção. Mesmo assim, o camponês pode ser entendido como entidade social específica, um *modus vivendi* que dispensa taxonomias adicionais. Ocorre que muitos autores, como Chayanov (1974) e Abramovay (1992), concentraram suas análises a partir de um viés economicista do grupo doméstico camponês, enxergando-o, essencialmente, a partir de parâmetros demográficos cuja particularidade destaca a família camponesa enquanto unidade de força de trabalho. E, de fato, alguns traços constitutivos da economia camponesa diferenciam-se das demais esferas produtivas a partir da estrutura ocupacional. Contudo, tal constatação não implica em reduzir as análises do campesinato ao plano da economia, tendo em vista que fatores sociais e culturais são igualmente constitutivos do “universo camponês”.

Por sua vez, Klaas Woortmann (1990) transcende à apreciação das lógicas produtivas da unidade camponesa, inserindo – em termos subjetivos e em seu plano particular de análise – a categoria *campesinidade*³⁸ enquanto elemento comum a diferentes espaços e tempos, donde a “produção cultural da família enquanto valor” se sobressai em relação à produção de bens materiais pela unidade familiar camponesa. Mais que braços e bocas, o grupo doméstico camponês aqui possui também um *ethos* específico, uma atmosfera de valorações éticas enquanto patrimônio cultural. Assim, em seu plano interpretativo, o camponês não assume simplesmente a categorização de *pequeno produtor*, tampouco a terra é por ele vista como mera mercadoria. Ao contrário, o seu valor-de-uso incorpora outro valor, ou seja, o de *uso enquanto valor*, transcendendo à acepção da terra como objeto de trabalho para, então, assumir a expressão de uma moralidade que se realiza no plano ético³⁹.

Experiência precursora que se atualiza, o campesinato congrega formas específicas de organização do espaço e de vida social, sociabilidades pretéritas que se fazem presentes na trama social da vida moderna. O camponês é o sujeito que age de acordo com as condições objetivas de sua própria existência⁴⁰: sua vida está articulada aos seus meios de produção, denotando uma economia baseada nos fatores de produção excedentes, em que trabalho familiar e ambiente conformam respectivos conteúdos de cultura que, por sua vez, reagem às condições do meio. Nesse contexto, as sucessivas interações entre os sujeitos sociais e a natureza material do espaço fazem com que vida e coisa se confundam – **o próprio camponês enquanto matéria-espaço em movimento**. O que se tem, portanto, é a exaltação da diferença que se conjuga num único – embora bipolar – processo dialético: a intervenção da sociedade envolvente nas unidades camponesas de produção; o rebatimento do tecido sociocultural da terra (cultura camponesa) nas esferas mais amplas da sociedade.

O camponês incorpora o “princípio da precaução” historicamente construído, um modo de viver e trabalhar a produzir uma forma de consciência que inclui a reserva de seus recursos ambientais para o futuro. O homem do campo preocupa-se com o que deixará para as novas gerações, e a reprodução do núcleo familiar camponês é um valor incorporado pelo seu *ethos*. Suas interações ecológicas com a terra justificam-se no sentido de manter a base existencial de sua própria existência. Tendo em vista as formas humanas de decodificação e uso dos recursos ambientais que os cercam, os camponeses relacionam-se com a terra a partir de sua própria presença. **Tudo porque a terra está neles; a terra é eles, e eles são a terra; a cultura confere um valor diferenciado ao camponês face ao seu ambiente de vida e de trabalho**. E isso requer a compreensão acerca

³⁸ “Prefiro então falar não de camponeses, mas de campesinidade, entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos. Se há uma relação entre as formas históricas de produção e essa qualidade, tal relação não é, contudo, mecânica. O que tenho em vista é uma configuração modelar, mas é preciso não esquecer, sob risco de reificação, que pequenos produtores concretos não são tipos, mas sujeitos históricos, e que as situações empíricas observadas, por serem históricas, são ambíguas. De fato, pode-se perceber a história como uma contínua produção e resolução de ambigüidades. Modelos nunca são ‘iguais à realidade’, se por essa última se entende a concretude histórica que é, essencialmente, movimento” (WOORTMANN, 1990, p. 13).

³⁹ Em recente pesquisa realizada no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca, constatamos a resistência do camponês em ceder a terra para o investidor urbano como um fator condicionante à expansão dos empreendimentos turísticos na região: “Mais que reles mercadoria a ser especulada, a terra aqui assume a forma simbólica de um donativo que Deus teria reservado a esses homens e mulheres. O aterramento visceral dos camponeses ao meio faz com que manifestem um sentido de indiferença face aos assédios do mercado imobiliário. Enquanto essa geração viver, dificilmente os empreendimentos turísticos se expandirão efetivamente em determinadas porções do entorno oeste do Parque” (BEDIM, 2008, p. 340).

⁴⁰ Logicamente, esse conjunto de raciocínios deriva de uma confrontação dialética da questão. Nesse sentido, ver Martins (1975) e Bedim (2008).

das práticas espaciais e do comportamento desses grupos sociais em relação às terras que ocupam, o entendimento das suas relações interpessoais e de seus códigos ambientais específicos, a consciência de quem influencia o meio e é por este influenciado – tendo em vista que os camponeses produzem e reproduzem o ambiente em que vivem, projetando suas dinâmicas sociais nos ecossistemas em que se circunscvem. Tudo porque a terra de uso camponês não é um ente natural mas resultado da ação dos homens; ela é feita pelos homens que ela também produz. O camponês tem muito a nos ensinar acerca do valor econômico dos serviços prestados pela natureza.

Do ponto de vista materialista, os espectros funcionais da agricultura camponesa assumem a forma de expressão da vida de um grupo humano (campesinato) que estabelece meios de manipulação da natureza de forma a alcançar a satisfação das necessidades elementares à sua existência. No mundo moderno, verifica-se o acréscimo de novas formas de racionalidade à esfera produtiva agrícola, em que inovadas técnicas e formas de produção tendem a conduzir o processo econômico no campo. Para alguns teóricos, a reprodução camponesa apresenta-se como elemento discrepante a contrastar com o processo histórico “modernizante”. Ocorre que a forma de manifestação do *ethos da terra* é contraditória, múltipla, variada – não congrega formas “puras”. Embora seja geralmente entendido a partir de seus traços diacrônicos, reminiscentes, o camponês não é um ente do passado mas um sujeito do presente a coexistir com a incorporação de novas formas de racionalidade ao processo produtivo. *Mutatis mutandis*, o acesso à técnica ou às novas formas de produção não dissolve o sentido de pertencimento camponês⁴¹. Tem-se, pois, um *ethos* que se revela e desafia, resiste e conforma-se face às artimanhas do capital.

Talvez o valor heurístico do *ethos da terra* justifique o fato de que, após perfazerem o êxodo rural, muitos migrantes se vêem no lugar de destino enquanto elementos desconexos face à imposição de um estilo de vida urbano dominante nas grandes cidades: “Você pode até sair da roça, mas a roça não sai de você”⁴². Esse ditado popular aparentemente desprovido de sentido científico é aqui entendido não como mero elemento prosaico ou folclórico mas como possibilidade de compreensão do “real”; um fragmento da experiência social produzido num contexto em que um estrato urbano privilegiado fornece uma maneira de viver e de pensar para uma sociedade inteira – donde as especificidades culturais das populações rurais passam a ser vistas a partir de sua dissonância em relação aos modelos de comportamento das camadas dominantes. Para esses migrantes que deixaram o campo, os significados gerados num período anterior prosseguem incidindo em suas vidas – ainda que não se façam materialmente perceptíveis. A título dedutivo, lançamos aqui a hipótese de que, mesmo que o fenômeno (vida no campo) que provocou a ação (cultura camponesa) seja extinto materialmente de seu cotidiano, o sentido da ação ainda continua ali, agindo no plano simbólico.

Considerações finais

O camponês apresenta-se enquanto ente empírico diferenciado inserido na miríade das tramas sociais e econômicas que espreitam a vida moderna, um sujeito histórico, um construto que se reproduz dentro do capitalismo como expoente de suas próprias contradições. No pretense “reino do capital”, as formas não-capitalistas de produção teimam em desafiar as teorias; é como se o ente empírico, no limiar de sua provável superação, subitamente se tonificasse a partir da manutenção de relações pretéritas, quase que “puras”, ao mesmo tempo em que absorvesse novas formas de reprodução social.

Por sua vez, a terra camponesa, na modernidade, apresenta-se como **lugar de enunciação das diferenças**. Coisificado pelos artifícios do capital que transformam a ele próprio e o seu lugar em reles

⁴¹ Não obstante, outros pesquisadores da questão agrária, como Paulino (2006) e Oliveira (2004), têm destacado tal tendência.

⁴² Nesse sentido, ver Bedim (2008), em especial a seção 6.2: “O rótulo caipira: novas racionalidades, velhos estigmas”.

mercadoria, o camponês resiste e/ou conforma-se diante do processo que o espreita. Face aos processos “globais” que hoje batem à sua porta, o camponês e os seus modos cotidianos de resistência podem ser entendidos como metáforas do mundo moderno, elementos a contradizer o ritmo das transformações sociais nos lugares dos quais o capital se apropria – enquanto componentes de questionamento da subversão automática dos povos, espaços e culturas pelos mecanismos de expansão capitalista.

Categoria socialmente construída, o camponês apresenta-se como uma dimensão fundamental das diferentes sociedades, tipos “ideais” e sujeitos históricos em permanente (re)construção. Os fragmentos do “real” constatados por uma pesquisa jamais apresentarão tipos “puros”. O camponês do mundo objetivo é muito mais do que aquilo que o pesquisador capta; o ente empírico estará sempre além dos dispositivos de percepção humanos.

Na controvérsia da abstração, o *camponês* é tanto um ente conceitual quanto um sujeito político; um sujeito em forma de construto que subjaz à transformação nas condições materiais de sua própria existência. Empurrado para os bastidores da vida social, estabelece novas estratégias de enfrentamento das circunstâncias de vida no campo. O *ethos* da terra (re)constrói assim o espaço de sua própria diferença: o compartimento de um outro tempo que se faz presente; a enunciação dos enigmas de um futuro incerto pois envolto pelos cercos e desafios a um conteúdo de cultura confrontado pelos movimentos mais amplos de expansão do capital. E esse não é um contexto *nonsense*, sem lógica. É o mundo da lógica da contradição, em que a reprodução camponesa teima em extrapolar os seus limites, articulando suas reminiscências e seus acréscimos, suas desigualdades e suas próprias contradições.

Mutatis mutandis, tais processos traduzem-se enquanto pedaços da história humana sobre a Terra; um breve fragmento do globo expresso no percurso histórico dos camponeses em diferentes tempos e espaços. Mas o campesinato de hoje não é uma evolução linear das formas sociais anteriores. Ele é uma forma nova a produzir um espaço novo; grupos humanos diversificados que se vêem diante de novas alternativas, dificuldades e desafios. Não apenas porque sua história a longo prazo não é intencional, mas, sobretudo, porque a modernidade exacerba repercussões não planejadas das ações do homem, num contexto em que o grau de previsibilidade sobre a vida das pessoas é cada vez menor.

A modernidade representa, em certo sentido, um “ponto de ruptura” e um fator inaugurador em relação ao campesinato. É nesse sentido que introduzimos, aqui, **a concepção do camponês como sublimação das diferenças que permeiam a vida moderna**. O respeito a essas diferenças pode servir de instrumento à reconstrução de sua vida em sociedade, no sentido de humanizar o cotidiano social incerto – e muitas vezes perverso – ao qual o camponês é submetido. Resta saber como o indivíduo rural vivencia essas estruturas – conformando-se ou resistindo a elas –, quais são suas estratégias e capacidades de adaptação face às novas formas de produção ou à sua marginalização nesse processo.

Nesse sentido, a academia deve transcorrer as pretensas fronteiras da ciência para se juntar ao cotidiano do homem do campo e traduzir, em narrativa, os fragmentos de seu mundo prático, objetivo, a percepção camponesa sobre os fenômenos pesquisados como possibilidade de compreensão do “real”, o valor heurístico do *ethos da terra* acumulado ao longo das gerações. Nós, acadêmicos, temos muito a aprender com eles. Não podemos – nunca – esquecer que a ciência é apenas uma forma de apreensão da realidade. Há outras. Que as pesquisas incorporem a poeira do chão da terra camponesa ao invés de simplesmente juntar poeira nas prateleiras das bibliotecas universitárias, somando o saber camponês às miríades de teses e dissertações.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- BAUDELAIRE, Charles. *Le peintre de la vie moderne*. Paris: Le Figaro, 1863.
- BEDIM, Bruno P. “Era sólido e se recompôs no ar”: o lugar histórico do camponês no mundo moderno. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 7., 24-27 set. 2007, Rio de Janeiro. *Espacialidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2007. p. 1-16.
- BEDIM, Bruno P. *O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca (MG): simultâneo e desigual, dilema camponês no “Paraíso do Capital”*. Dissertação (Mestrado em Geografia: Organização, Gestão e Produção do Espaço) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOMBARDI, Larissa M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de camponato e agricultura familiar. *GEOUSP*, São Paulo, n. 14, p. 107-117, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CHONCHOL, Jacques. *Paysans a venir: îles sociétés rurales du Tiers Monde*. Paris: La Decouverte, 1986.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Porto: Portucalense, 1972. v. 1.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Tradução de Ana Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. v. 1. (Coleção Repertórios).
- LEFEBVRE, Henri. *El manifesto diferencialista*. 2. ed. México: Siglo Veintiuno, 1975.
- LEFEBVRE, Henri. Entrevista de Henri Lefebvre ao Le Monde. In: LE MONDE. *Idéias contemporâneas*. São Paulo: Ática, 1989. p. 131-160.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. [S.l.: s.n.], 2003. Não publicado. Título original: *Espace et politique* (Paris: Anthropos, 1972).
- LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, J. S. (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981. p. 163-177.
- LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura*. Blumenau: Ed. FURB, 2000.
- LENIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MARX, Karl. El camponato como clase. In: SHANIN, Teodor (Org.). *Campesinos y sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. p. 207-213.
- MARX, Karl. *O capital*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livro I, v. 1.
- MARX, Karl. *Pré-capitalist economic formations*. London: Lawrence and Wishart, 1964.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Cartas filosóficas e O Manifesto Comunista de 1848*. São Paulo: Moraes, 1987.
- OLIVEIRA, Arioaldo U. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 29-70.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações; o velho e o novo em uma discussão marxista. *Estudos CEBRAP*, Petrópolis, n. 26, p. 41-80, 1980.
- SHANIN, Teodor (Org.). *Campesinos y sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 7, p. 43-81, 1997.
- WOLF, E. R. Tipos de campesinato latino-americano. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). *Antropologia e poder*. Brasília: Ed. UnB; Campinas: Ed. UNICAMP, 2003. p. 117-144.
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se “neguecia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Brasília, n. 87, p. 11-73, 1990.